

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.904 - RS (2019/0335832-1)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
RECORRENTE : SOLUZIONE MOVEIS LTDA
ADVOGADO : SANTIAGO FERNANDO DO NASCIMENTO - RS061890
RECORRIDO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : ANASTAZIA NICOLINI CORDELLA - RS027848

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por SOLUZIONE MÓVEIS LTDA, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA ONLINE. POSSIBILIDADE.

Após a edição da Lei n. 11.382/2006, que acrescentou o art. 655-A ao CPC, não se faz mais necessário o esgotamento de diligências na busca de outros bens da parte executada para se deferir a penhora online.

Muito embora seja concebida a possibilidade de penhora sobre o faturamento da empresa, o dinheiro em espécie tem prevalência sobre todos os outros bens do devedor, em função do disposto no art. 11 da LEF. Dessa forma, ainda que a ordem estabelecida no art. 11 da LEF não seja absoluta, compete ao devedor, ao nomear à penhora alternativa, demonstrar a impossibilidade de cumprimento da ordem estabelecida no art. 11, da Lei nº 6.830/80, ônus do qual não se desincumbiu, no caso concreto.

Precedentes do Superior Tribunal de Justiça e deste TJRS.

A adesão a programa de parcelamento tem o condão de suspender a própria execução e, portanto, de inviabilizar a tomada de atos expropriatórios contra a parte executada.

Inteligência do artigo 151, VI, do CTN. No entanto, inexistindo menção expressa à liberação dos valores quando da realização do parcelamento, é de ser mantido o bloqueio dos valores até o pagamento integral do débito.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO" (fl. 150e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 167/169e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DIREITO TRIBUTÁRIO.

EXECUÇÃO FISCAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO.

Não existe qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão que justifique o acolhimento dos embargos declaratórios.

Art. 1022 do CPC.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESACOLHIDOS" (fl. 187e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 927 e 313, ambos do CPC/2015, sustentando que:

"MATÉRIA REFERENTE AO TEMA 1.012 DO STJ:

Conforme noticiado no tópico anterior a questão constante no presente recurso assemelha-se à discussão realizada no recurso que referendado pelo STJ ao analisar o Tema 1.02 submetido ao procedimento dos recursos repetitivos, colocando a julgamento a questão da 'Possibilidade de manutenção de penhora de valores via sistema BACENJUD no caso de parcelamento do crédito fiscal executado (art. 151, VI, do CTN)'. A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça reconheceu a afetação para julgamento sob o rito dos repetitivos de três recursos que discutem a se a penhora de valores via Bacenjud continua vigorando em casos de parcelamento do crédito fiscal (REsp 1.696.270/MG REsp 1.703.535/PA REsp 1.756.406/PA). O colegiado decidiu, ainda, pela suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam sobre a questão no território nacional.

As referidas ações questionam acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, uma vez que para o TRF-1, a adesão do executado a programa de parcelamento gera a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, de modo que não mais se justifica a manutenção de bloqueio de valores por meio do convênio.

Fixou também que o bloqueio de ativos financeiros e a penhora em dinheiro são incompatíveis com o parcelamento do débito em cobrança judicial e não podem ser mantidos, diferentemente do que ocorre com a penhora de outros bens, a qual se preserva mesmo na hipótese do parcelamento.

Fixou o TRF-1:

(...)

Assim, considerando que de forma CONCOMITANTE ao ato de determinação da penhora BacenJud anteriormente mencionada, a

recorrente aderiu ao plano de parcelamento proposto pela própria recorrida, o REFAZ 2018, disposto no recentemente publicado no Decreto RS nº 54.346/2018, em observância ao Tema 1.012 do STJ, necessário se faz, a suspensão da determinação de liberação da quantia em face do recorrido, em primeira instância, até o julgamento definitivo da questão jurídica levantada" (fls. 204/205e).

Por fim, requer "reconhecida a semelhança do caso em tela com a questão jurídica submetida a julgamento através do Tema 1.012 do STJ. Após a emissão do acórdão de suporte do tema repetitivo, caso procedente a tese do contribuinte, a r. decisão deverá ser aplicada a este caso, forte no art. 927, inc. III, do CPC, com a determinação da liberação da penhora realizada nas contas bancárias da recorrente. Ainda, seja determinada a suspensão dos atos contínuos a penhora de valores realizada através do sistema judicial integrado BacenJud, qual seja, a liberação da importância em face do exequente, ora recorrido, até o julgamento definitivo pelo STJ acerca do Tema 1.012, forte no art. 313, inc. IV, do CPC" (fl. 205e).

Contrarrazões a fls. 227/234e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls.237/240e).

A irrisignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de agravo de instrumento interposto por pela parte ora recorrente contra decisão que, nos autos da execução fiscal ajuizada pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, indeferiu o pedido de desbloqueio de valores das contas da recorrente.

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo de instrumento interposto, daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, em relação à alegação de violação aos arts. 927, III e 313, IV, ambos do CPC/2015, o Recurso Especial não ultrapassa a barreira da admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que a tese recursal vinculada ao dispositivo tido como violado não foi apreciada no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Ainda em relação à alegação de violação ao art. 313, inciso IV do CPC/2015, que trata da suspensão do processo em caso de admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas, verifica-se que referido dispositivo não contém comando normativo apto a infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, aplicando-se a Súmula 284 do STF, por deficiência na fundamentação do Recurso Especial.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. ALTERAÇÃO DO JULGADO. INTERPRETAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF. INCIDÊNCIA.

1. "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3 do STJ).
2. Há manifesta ausência de prequestionamento, a atrair a aplicação da Súmula 211 do STJ, quando os conteúdos dos preceitos legais tido por violados não são examinados na origem, mesmo após opostos embargos de declaração.
3. Segundo o entendimento desta Corte de Justiça, para se reconhecer o prequestionamento ficto de que trata o art. 1.025 do CPC/2015, na via do especial, impõe-se ao recorrente a indicação de contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015, o que não ocorreu in casu.
4. Inviável analisar eventual ofensa a resoluções, pois tais atos normativos não se enquadram no conceito de tratado ou de lei federal, de que cuida o art. 105, III, "a", da Constituição Federal de 1988.
5. **Não se conhece do recurso especial, quando o dispositivo apontado como violado não contém comando normativo para sustentar a tese defendida ou infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, em face do óbice contido na Súmula 284 do STF.**
6. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no REsp 1796444/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/09/2019, DJe 20/09/2019)

Faz-se por bem esclarecer, ainda, que **"a jurisprudência desta Corte é no sentido de que 'não se cogita do sobrestamento do feito para aguardar a solução da questão de mérito submetida ao rito dos recursos repetitivos, quando o apelo não ultrapassa os requisitos de admissibilidade'** (AgRg nos EREsp 1.275.762/PR, Rel. Ministro Castro Meira, Corte Especial, julgado em 3/10/2012, DJe 10/10/2012)" (STJ, AgInt nos EDcl no AgInt no AREsp 906.819/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 16/09/2019).

Por fim, assinale-se, também, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora